

A INFLUÊNCIA DO IDH NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Simone Moura Queirozⁱ
simonemq@hotmail.com

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP, campus Rio
Claro/SP – Brasil

Tema: III.4 - Educação Matemática e Participação Crítica nas Políticas Públicas.

Modalidad: CB

Nível educativo: No específico

Palavras-chave: Analfabetismo, EJA, Qualidade de vida, IDH.

Resumo

Este artigo traz uma reflexão a respeito da ligação existente entre as transformações políticas, sociais e econômicas e a educação, apresentando os benefícios múltiplos entre essa ligação, assim como suas consequências. A luta contra o analfabetismo no Brasil existe desde sua colonização, todavia se difere bastante do que se ver hoje. Atualmente se considera qualidade de vida não apenas a renda, mas três índices de desenvolvimento humano (IDH): Longevidade (esperança de vida), Renda (PIB per capita) e Educação (alfabetização). Estando a modalidade EJA, inserida em um dos índices, possuindo com isso a responsabilidade de robustecer os dados estatísticos, para melhorar a posição do Brasil no ranking mundial.

Introdução

A modalidade de ensino denominada Educação de Jovens e Adultos, ou simplesmente EJA, que...

até a sua consolidação como modalidade de ensino na educação formal, com o intuito de preencher as lacunas deixadas pelo sistema educacional, vivenciou uma série de acontecimentos nacionais. Sua história esta entrelaçada à história dos modelos econômicos e políticos, estritamente ligada à história das relações de poder de alguns grupos. (QUEIROZ e SOUZA, 2013)

Sendo a EJA um dispositivo, em que as linhas de forças a transpassam e a modificam, numa sociedade em que “o essencial é marcar e ser marcado” (DELEUZE & GUATARRI, 2012, p. 190). Pretendemos desemaranhar essas linhas de força, tornando visível àquilo que não está oculto (DELEUZE, 2005). Conscientes de que esse movimento cartográfico que faremos é rizomático, aberto, pois se for “fechado, arborificado, acabou” (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 32).

Esse conjunto multilinear que perpassa o dispositivo EJA, são linhas de natureza distintas, e que “seguem direções diferentes, formam processos sempre em

desequilíbrio” (DELEUZE, 1990, p. 155), em que nesse pode-se identificar as *subjetivações* e as linhas de forças (FOUCAULT, 2006) aos quais os componentes desse dispositivoⁱⁱ estão submetidos. Ou seja, apresentar o contexto social, político e econômico em que a EJA está inserida, assim como os movimentos que a molda, que subjetivam, e que afeta os programas, movimentos e planos, modificando a postura desses perante a população analfabeta.

Histórico e social

A EJA foi conseqüência de diversos movimentos, que lutavam para extinguir o analfabetismo, tendo outros interesses associados a esta luta. Iremos perpassar por alguns deles.

Com a vinda da família real para o Brasil, surgiu a necessidade da formação de trabalhadores para atender a aristocracia portuguesa e, com isso, implantou-se o processo de escolarização de adultos com o objetivo de servirem como serviçais da corte e para cumprir as tarefas exigidas pelo Estado. (FRIEDRICH et al, 2010, p. 6)

No período colonial o Brasil tem no movimento jesuíta, o primeiro a lutar contra o analfabetismo, tendo a catequese como grande incentivadora desse grupo, que além da alfabetização, transmitia normas de comportamento e ensinar ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial. No início seu público alvo era os nativos (indígenas), passando pelos escravos negros e posteriormente os colonos e seus filhos, em escolas de humanidades. Havendo em 1759 uma desorganização no ensino, devido a expulsão dos jesuítas. (HADDAD e DE PIERRO, 2000)

Em 1882, no Brasil Império, 82,63% da sua população era composto por analfabetos, o que passou a ser uma vergonha nacional nos anos seguintes, principalmente com o advento da primeira república brasileira (1889). A população tomada por um sentimento patriótico, percebendo que o país estava numa posição ruim em relação aos demais, precisava eliminar a “causa de todos os males.” (FERRARO, 2004, p. 118), ou seja, o analfabetismo, “O voto foi repetidamente negado aos analfabetos sob o argumento principalmente de sua incapacidade.” (*idem*, p. 118). A vergonha nacional passou a ser uma vergonha também pessoal.

Foi apenas com a Constituição de 1891, Brasil República, que a responsabilidade pelo ensino básico passou a ser da União. Nos 30 anos seguintes, no censo de 1920, ainda tínhamos no Brasil 72% de analfabetos.

Em 1932 foi lançado um manifesto, assinado por um grupo seletivo de educadores, que propunham uma reforma na educação nacional. A repercussão desse documento foi tamanha que se incorporou a ideia de Plano Nacional de Educação (PNE) na Constituição Brasileira de 1934, no artigo 150.

Apenas na década de 1940, surgiram diversas políticas educacionais relacionadas à educação de jovens e adultos, com as reflexões feitas a respeito da educação voltada para este tipo de público (DI PIERRO, JOIA, RIBEIRO, 2001), até então o foco eram os jovens e as crianças. Na década de 1950 mais da metade da população brasileira ainda era analfabeta, pela falta de acesso à escolarização. Criou-se a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), marcando uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos.

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, as proposições de Paulo Freire serviram de inspiração para as principais propostas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país (DI PIERRO, JOIA, RIBEIRO, 2001). No livro “Pedagogia do oprimido” Freire ressalva que os analfabetos jovens e adultos não devem ser tratados como as crianças, por viverem em realidades distintas, eles fazem parte de um grupo que é oprimido e discriminado pela sociedade, tendo o educador que além de alfabetizar conscientizá-los. (FREIRE, 2005).

Na década de 1970, teve início o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). “O MOBRAL chegava com a promessa de acabar em dez anos com o analfabetismo, classificado como ‘vergonha nacional’ nas palavras do presidente militar Médici.” (HADDAD, DI PIERRO, 2000, p. 115). Com a redemocratização do Brasil, na década de 1980, o MOBRAL é extinto, sendo substituído pela Fundação EDUCAR, com características semelhantes, porém fez parte do ministério da Educação. E na constituição Federal de 1988, a EJA passou a ser reconhecida, e assim não apenas o Governo Federal como toda sociedade civil se juntariam para erradicar o analfabetismo. Em meio a essa luta contra o analfabetismo e seus interesses nem sempre voltados para a educação, surge algo de cunho mundial que vai potencializar essa busca pela erradicação.

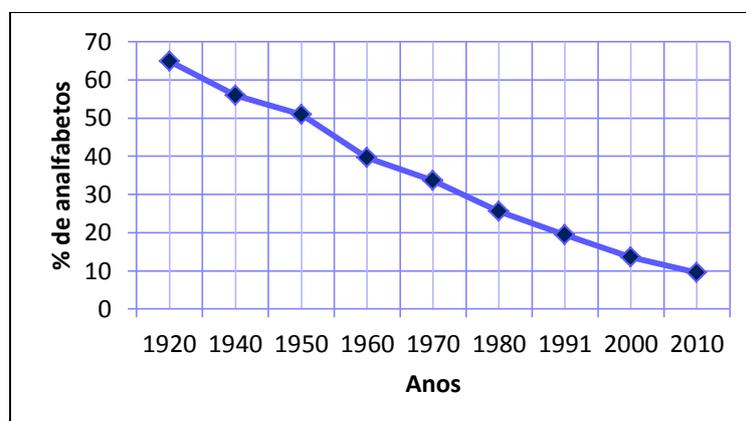
Econômico

Em 1990, a ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresentou um relatórioⁱⁱⁱ, que foi publicado no Brasil em 1996 e apresenta

como proposta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e suas três dimensões: renda, longevidade e educação que está baseado no ideal do desenvolvimento humano. Em meio a esses índices, encontra-se a preocupação com a alfabetização, pois em relação à educação, de acordo com Herculano (2000), entre as metas escolhidas pela ONU a ser realizada até o ano 2000 está o acesso universal à educação básica e a erradicação do analfabetismo e de acordo com o IBGE percebe uma diminuição percentual no analfabetismo para 18,3% (1991). Lembrando que estes são apenas dados estatísticos, ou seja, não sendo avaliada a qualidade destas pessoas ditas alfabetizadas. A EJA passa a ser “valorizada”, assim como a qualidade de vida e a renda per capita (antes o único índice que tinha importância) e ao se deparar com a concorrência entre os países, a luta por uma melhor posição ganha destaque causando grandes danos à educação. O que temos, após essa disputa mundial por uma melhor posição no ranking, estando o Brasil, de acordo com o HDR de 2013, localizado na 85ª posição, uma busca por melhoria percentual, nos *índices*.

Dados colhidos recentemente no portal do IBGE demonstram que houve uma queda percentual considerável em relação ao analfabetismo. É importante mencionar que a ONU declarou o ano 1990 como “Ano Internacional da Alfabetização” e realizou em diversos países debates, congressos, encontros, seminários com propostas para erradicação do analfabetismo, além de lançar o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), visando reduzir em 70% o número de analfabetos no país nos 5 anos seguintes (MACHADO, 1998).

Gráfico 1: Percentual de analfabetos entre a população de 15 anos ou mais, segundo os censos demográficos. Brasil de 1920 a 2010.



Fonte: IBGE, 2010.

A melhora na média percentual de jovens e adultos alfabetizados deve-se aos diversos programas criados pelo governo em prol dessa alfabetização acelerada, focando na “certificação”.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realiza o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Este exame é usado por Secretarias Estaduais de Educação que firmam acordos de cooperação com o governo federal para certificar a conclusão do ensino fundamental.^{iv}

Nesse mesmo portal ainda acrescenta, que aqueles que possuem um certificado de conclusão por esses meios têm os mesmos direitos daqueles que são diplomados no ensino fundamental e médio em escola regular.

Existem pesquisas feitas com alunos que cursam EJA, entre elas destacamos a de Queiroz e Lins (2011) em que as autoras investigam conhecimentos matemáticos de uma turma de jovens (15 e 18 anos) que cursa o último ano do ensino fundamental (9º ano ou 8ª série), relacionados às estruturas aditivas, através de operações e problemas com operações de adição e subtração, obtendo resultados preocupantes.

Breves considerações

O que vimos através desse estudo, foram lutas com interesses religiosos, políticos, sociais e econômicos, apresentando a erradicação do analfabetismo como objetivo, sem necessariamente sê-lo. Assim, como as proporções que essas lutas tomaram, partindo de pequenos grupos, no caso do Brasil Colônia, para um nível bem mais amplo (e geral), composto por 187 países, tendo no IDH o interesse em comum, disputando entre si melhores colocações nesse.

Em outras palavras, o IDH em vez de beneficiar a população, causou um descontrole por se focar apenas em dados estatísticos, que devido a isso tem na certificação seu maior interesse. O que se percebe são pessoas certificadas sem estarem necessariamente alfabetizadas, deteriorando o sentido freireano^v da EJA da educação como prática libertadora. Levando-nos a algumas reflexões: O que faremos a seguir para nos reerguemos, após tamanha devastação? Ainda é possível? E a pergunta fundamental: Por onde começar?

Podemos supor que exista um interesse em melhorar qualitativamente (não apenas os dados estatísticos) na comunidade de educadores, mas isso seria suficiente?

Enfim, temos mais perguntas do que resposta, diante da realidade que a educação se encontra, estando a nosso ver totalmente a mercê dos interesses econômicos.

Referências Bibliográficas

- Agamben, G. (2009) O que é um dispositivo? In: *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos.
- Deleuze, G. (1990) O que é um dispositivo? In: _____. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa.
- Deleuze, G. *Foucault*. (2005) São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G; GUATTARI, F. (2011) *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia 2* (2ª ed.). São Paulo: 34.
- Deleuze, G; GUATTARI, F. (2012) *O anti-Édipo - Capitalismo e esquizofrenia*. (Vol. 1). São Paulo: 34.
- Di Pierro, M. C.; Joia, O; Ribeiro, V. M. (2001) Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. *Caderno Cedes*, ano XXI, nº. 55, novembro.
- Ferraro, A. R. (2002) Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os Censos? In: *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, dez, pp. 21-47.
- Ferraro, A. R. (2004) Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 01, jan./jun, pp. 111-126,
- Fonseca, M. da C. F. R. (2007) *Educação Matemática de jovens e adultos – especificidades, desafios e contribuições*. 2ª edição. Belo horizonte: Autêntica.
- Foucault, M. (2006) *Ética, sexualidade, política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Ditos e escritos. Vol 5)
- Freire, P. (1997) *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2005) *Pedagogia do Oprimido*. 40ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Friedrich M, *et al.* (2010) Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: avaliação política pública Educação. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, jun.
- Haddad, S; Di Pierro, M. C. (2000) Escolarização de jovens e adultos. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 14, p. 108-130, mai./ago.

- Herculano, S. C. (2000) A qualidade de vida e seus indicadores. In: *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Selene Herculano et al (org.). Niterói: Eduff.
- Machado, M. M. (1998) A trajetória da EJA na década de 90: políticas públicas sendo substituídas por solidariedade. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 21, 1998, Caxambu. *Anais...* São Paulo: ANPED.
- NOSSO FUTURO COMUM. (1991) Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV.
- Queiroz, S; Lins, M. (2011) A aprendizagem de matemática por alunos adolescentes na modalidade educação de jovens e adultos: analisando as dificuldades na resolução de problemas de estrutura aditiva. In: *Bolema*, Rio Claro (SP), v. 24, nº 38, p. 75 a 96, abril. ISSN: 0103-636X.
- Queiroz, S. M; Souza, A. C. C. de. (2012) O dispositivo: Educação de jovens e adultos. In: Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática, 16, 2012, Canoas. *Anais...* Rio grande do Sul: EBRAPEM. ISBN: 2237 8448. Disponível em: <<http://matematica.ulbra.br/xviebrapem/index.html>>

ⁱ Doutoranda do programa de Educação Matemática (UNESP – Rio Claro). Deixo expressos meus sinceros agradecimentos ao meu orientador o professor doutor Antônio Carlos Carrera de Souza, que contribuiu com suas importantes sugestões, observações e acréscimos. Agradeço também ao CNPq pelo auxílio financeiro que possibilitou a realização e divulgação deste trabalho.

ⁱⁱ Agamben (2009) resume o dispositivo em três pontos: “- É um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre estes elementos. - O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder. - Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber. (p. 29)

ⁱⁱⁱ Através do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), percebeu-se que o desenvolvimento humano, passou a ganhar importância mediante ao crescimento econômico, o foco principal.

^{iv} <http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/sistema-educacional/supletivo> Consultado dia 06/05/13

^v Com Paulo Freire temos o conhecimento como produto das relações entre os seres humanos e destes com o mundo. "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 2005, p. 68). Os seres humanos devem buscar respostas para os desafios encontrados nestas relações. Para isso devem reconhecer a questão, compreendê-la e imaginar formas de respondê-la adequadamente. Daí outras questões se colocam e novos desafios aparecem. Assim se constitui o conhecimento, ou seja, a partir das necessidades humanas. E a curiosidade epistemológica, que se tem do objeto apreendido na sua substantividade (FREIRE, 1997), é a grande geradora neste processo de construção do conhecimento.